

# Câmbio: as restrições continuam até início de 84.

A previsão é de Galvêas, apesar de o Banco Central prever que, em novembro, já estarão entrando os empréstimos para o Brasil pagar suas contas.

A suspensão da centralização do câmbio no Banco Central está "dependendo das negociações com o FMI (Fundo Monetário Internacional)". Por isto, a medida só deverá ser revogada no início do próximo ano. A previsão foi feita ontem em Porto Alegre pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Para ele, a negociação de US\$ 30 bilhões com nossos credores, é uma "parada difícil", que inclui a reforma na lei salarial. Por isso, segundo ele, o governo está empenhado em mostrar ao Congresso a importância de aprovar essa lei.

Ao mesmo tempo, em Brasília, fonte do Banco Central disse ontem que, já no próximo mês de novembro, o País terá acertado o fechamento de suas contas externas deste ano, com o ingresso de US\$ 1,72 bilhão remanescentes do empréstimo de US\$ 4,4 bilhões contratados em fevereiro, com os recursos do FMI e com a liberação, em dezembro, dos US\$ 3 a 3,5 bilhões do jumbo de US\$ 6,5 bilhões em negociação.

De seu lado, Galvêas disse que o Brasil deverá fechar o ano com uma perda de 3 bilhões de dólares em exportações para parceiros da América Latina e da África, em consequência da recessão internacional. Mesmo assim, o superávit comercial não deverá ser de US\$ 6 bilhões mas sim de 6,5 bilhões ou 7 bilhões. Segundo ele, 20% das receitas com exportações deverão entrar no País somente no ano que vem, diante do descompasso que normalmente acontece entre o faturamento e a entrada efetiva das divisas. No entanto, o Brasil deverá encerrar 1983 com um déficit de US\$ 7 bilhões em transações correntes.

Ele imagina que será perfeitamente possível cumprir as metas de exportação fixadas para o ano que vem, e que prevêem um volume total de vendas externas de US\$ 25 bilhões para um superávit de Cr\$ 9 bilhões.

Isto, acrescentou, deverá ocorrer sem penalizações "perigosas" para o volume de importações, porque haverá uma boa redução dos gastos com a conta petróleo e das despesas públicas (em decorrência do fim dos grandes projetos) e já é possível observar uma tendência de recuperação da economia dos Estados Unidos. Este fator é importante, porque um crescimento na economia estadunidense deverá ter reflexos positivos em outros países industrializados. Haverá maior demanda de manufaturados (50% das exportações brasileiras deste ano) e de matérias-primas, elevando a receita comercial do País.

Outra perspectiva apontada pelo ministro é de revalorização dos produtos nacionais no mercado mundial. Ele deu um exemplo: o açúcar, que chegou a cair de 600 para 140 dólares por tonelada, alcança agora o patamar de 300 dólares, com possibilidades de novas melhoras. O déficit público deverá cair de 6 para 2,7% do PIB.

O ministro imagina que o Brasil poderá economizar aproximadamente US\$ 100 milhões na conta de serviços de sua dívida internacional, com a redução, já admitida pelos banqueiros, de 0,125% nos spreads (taxas de risco) dos empréstimos. O governo continuará renegociando a dívida, com a captação de mais US\$ 30 bilhões, e 1984 será "bem diferente" deste ano.

Ele negou que o retratamento dos pequenos bancos europeus para a concessão de novos empréstimos tenha alguma conotação mais séria sobre a renegociação total, afirmando que estas instituições são responsáveis por apenas US\$ 800 milhões. Além disso, a resistência dos bancos não é tão grande quanto dizem, assegurou Galvêas.

Disse que, dos US\$ 30 bilhões em negociação com os bancos, seis bilhões cobrirão operações de crédito interbancário, oito bilhões serão destinados à manutenção de linhas de financiamento comercial, de 5,5 a seis bilhões correspondem ao reescalonamento do principal da dívida com o sistema financeiro, dois bilhões entrarão nas negociações com o Clube de Paris e 6,5 bilhões são de recursos novos.

Quanto à inflação, concordou em que o País não pode continuar suportando um índice inflacionário anual de 150% ou 160% ao ano e estimou que os índices mensais poderão cair para uns 5% ao mês já no início do próximo ano. Garantiu que tudo o que era preciso fazer para baixar a inflação foi feito. Agora, resta a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045 (que reduz a 80% do INPC os reajustes salariais) ou uma alternativa com os mesmos resultados. Feito isto, a tendência "natural" será a queda na inflação.



Galvêas já fala em lucro de US\$ 7 bilhões na balança comercial



Pastore: a reação dos banqueiros foi melhor do que esperava.